mandato concentra atenção do Planalto

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O grande assunto continua a ser o mandato do presidente José Sarney. Trabalha-se como nunca, no Palácio do Planalto e nos ministérios, para a Assembléia Nacional Constituinte rejeitar o artigo 4 das disposicões transitórias do projeto de nova Constituição, que estabelece o término do atual período de governo em 15 de março do ano que vem. A aprovação desse dispositivo determinaria eleições presidenciais diretas este ano, possivelmente em no-

O governo espera que os 304 deputados e senadores que votaram nos cinco anos para to-dos os presidentes da República, há pouco mais de um mês, mantenham-se aferrados à disposição de confirmar igual tempo para Sarney, ou seja, re-jeitem o artigo 4. Líderes como Carlos Sant'Annna, José Lourenço, Saldanha Derzi e Marcondes Gadelha não se cansam de espalhar números mais do que otimistas. Falam em 320 ou até 340 compromissos. Corre, até mesmo, a história de uma conversa entre o deputado Fernando Santana, líder do PCB, e o general Andrada Serpa, ontem. O militar teria apelado para uma mobilização em torno dos quatro anos, ouvindo do marxista a seguinte resposta: "Ora, general, não dá mais. Está tudo acertado, vamos votar os cinco anos"

Na verdade, não é bem assim. Contados na ponta do lápis, mesmo, são apenas 240 os parlamentares com que o presidente conta, hoje, para o que der e vier. Empenhados nos quatro anos, estão no máximo 220 constituintes. Sobram 99 indecisos, daqueles que por interesse pessoal ou por dúvidas existenciais ou políticas ainda hesitam em definir-se. Muitos, comenta-se com malícia, estão na estação, aguardando o trem pagador. Outros, porém, esperam sinais mais densos de certas lideranças. Para onde o deputado Ulysses Guimarães se inclinar, por exemplo, irão uns 40 parlamentares. O ministro Aureliano Chaves levaria uns 20. Vêm sendo assediados por representantes das duas tendências e têm consciência de seu poder de persuasão e influência. Em termos pessoais, só terão a beneficiar-se, caso as eleições se realizem este ano.

As atenções não estão voltadas apenas para o palácio do Congresso. Como sempre acontece nessas horas, muita gente olha de soslaio para os quartéis. Os ministros militares voltaram a se reunii assuntos administrativos, e não estão evitando pronunciar-se. Para eles, eleições presidenciais este ano tumultuariam o processo de transição política. Falam como auxiliares do presidente da República, têm o direito de manifestar-se politicamente, ainda que a ninguém seja dado duvidar de que suas manifestações têm peso diferente das manifestações do ministro do Planejamento ou do ministro da Reforma Agrária.

Por isso, herança do passado recente de autoritarismo, deve-se inferir que as Forças Armadas se movimentariam para impedir uma decisão livre e soberana da Assembléia Nacional Constituinte em favor dos quatro anos? Até prova em contrário, não. Noves fora a palavra política de seus ministros, Exército, Marinha e Aeronáuti-

ca transformaram-se nos gran-

des mudos. Estão voltados parasuas atividades profissionais, empenhados, até, em amplo processo de modernização. A estratégia do presidente José Sarney, para o setor, tem sido a de fornecer o máximo possível de recursos para que as três Forças se reequipem e corrijam ao menos parte do atraso que. separa o Brasil de nações economicamente mais poderosas. Aqui e ali, quando perguntado, ou em ambientes fechados, um chefe militar opina a respeito.

O general Édison Boscassi Guedes, do Comando Militar do Sul (antigo III Exército), comentou ser indiferente à fixação dos quatro ou dos cinco anos para Sarney. Não estava contestando o ministro Leônidas Pires Gonçalves, muito menos tentando expedir alvarás de livre votação. Disse o que pensava. Possivelmente outros comandantes de Exército ou equivalente terão falado coisa parecida. Ou ponderado a respeito dos cinco anos como a melhor solução. Quem sabe até algum se incline pelos quatro

Há, portanto, que separar alhos de bugalhos. As Forças Armadas não deixarão os quartéis para fechar a Assembléia Nacional Constituinte, nem se insurgirão contra as decisões do poder civil, ainda que muitos defensores dos cinco anos utilizem a versão, para assustar incautos e escaldados. Esse video tape já passou em abril. quando da votação do título da Organização do Estado e do estabelecimento dos cinco anos para todos os presidentes. Chegou-se, mesmo, a publicar que haveria um golpe, caso os constituintes tivessem decidido pelos quatro anos, o que, automaticamente, alcançaria Sarney. Mas não haveria. Tratou-se de interpretação precipitada ou de malandragem.

Existem determinados pressupostos para a intervenção militar entre nós, apesar de ter sido mais ou menos freqüente. É sempre necessário que a opinião pública se encontre no chamado estado de exigência latente, ou seja, querendo ou aceitando mudanças. No quadro atual, se algum diagnóstico for feito, indicará o caminho oposto. O povo quer votar. O governo Sarney encontra-se em período de baixa, impopular por conta das dificuldades do dia-a-dia. Outra condição necessaria, intimamente ligada à primeira, refere-se aos meios de comunicação de massa. Eles dão sempre o sinal, como tem: acontecido. Desta vez, ocorre o contrário, à exceção da Empresa Brasileira de Noticias e penduricalhos, praticando a censura contra quem defende os quatro anos. Inexiste uma campanha nacional em favor dos cinco anos para o presidente da República. A sociedade não se sensibilizou pelo tema, antes, parece tocada pelo reverso da medalha. Acresce que nos quartéis não há ebulição.

As ordens são para ser cumpridas, no estamento militar, eassim se fará. Mas fica evidente que ordens contra as instituições não serão dadas. A conduta dos ministros militares tem sido correta, e até mais: exemplar. Opinam e se manifestam sobre os temas que lhe são levados, e, em momento algum da Nova República, vestiram o figurino da velha. Por tudo, a conclusão: se as eleições presidenciais forem marcadas para este ano, irão realizar-se. Quem for eleito tomará posse. Depois, é outra conversa.